

Maílson quer redução da dívida

Uma grande operação de redução da dívida externa já está sendo negociada pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, nos espaços abertos pelo Plano Brady, do governo dos EUA. Maílson reconhece as dificuldades de uma administração em fim de mandato, mas já quer deixar as bases para que o próximo governo negocie mais ousadamente.

O ministro e sua equipe pretendem abater de nossa dívida de US\$ 110 bilhões um valor superior aos US\$ 6 bilhões conseguidos em 88 via conversão em investimentos. O sucesso da negociação de algo a ser feito ainda este ano depende do acordo com o Fundo Monetário Internacional. O FMI e o Banco Mundial alavancariam esta operação de redução.

Os instrumentos a serem utilizados estão, em parte, no documento que o Grupo dos 8 (Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru, Uruguai e Venezuela — o Panamá está afastado por problemas internos) encaminhou para ser examinado pela reunião de cúpula dos países ricos (EUA, Japão, Alemanha Ocidental, França, Inglaterra, Itália e Canadá), dias 14 e 15 de julho, em Paris. E foi divulgado por Sérgio Amaral, secretário de assuntos internacionais da Fazenda.

O documento deixa claro que os diversos mecanismos de redução da dívida só terão validade se propiciarem “uma operação inicial de grande escala, suscetível de remover a incerteza sobre a capacidade de recuperação da economia e a instabilidade decorrente de um processo contínuo de negociações”. Amaral acha que uma primeira operação de grande porte é imprescindível para que a redução se desdobre em operações menores, mas igualmente importantes para afastar de vez os obstáculos que o endividamento cria para a recuperação econômica dos países do Terceiro Mundo.

É a primeira vez que o Grupo dos 8 detalha mecanismos que considera adequados na solução da questão da dívida. A redução pretendida pelo documento deverá ocorrer basicamente por três vias: a recompra dos títulos, a troca da dívida com desconto do valor nominal ou redução da taxa de juros, e a conversão em investimentos.

Dessas alternativas, o documento aponta a conversão como a de maiores limitações: materializada em novos investimentos, ela nem sempre assegura “a magnitude desejável do deságio”, e tem o inconveniente de provocar a emissão de moeda ou de títulos públicos.

Para que os programas de redução tenham êxito — ressaltou Amaral — os bancos credores devem ter estímulos para aceitar os instrumentos de diminuição da dívida; e, em contrapartida, os governos dos países credores devem criar desestímulos para que os bancos permaneçam com os títulos velhos, obrigando-os a contabilizar as perdas que, na realidade, o mercado já se encarregou de impor. Um título brasileiro, por exemplo, já está cotado a só 33% do seu valor nominal.